



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA (32ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos sete dias do mês de outubro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Segunda (32ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 04 de outubro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o senhor Presidente suspendeu a sessão às 18h40, para receber em Plenário a Secretária Municipal de Educação, Sra. Rosana Cunha Balbão Bridi, em cumprimento ao exposto no Requerimento nº 519/2013, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para discussão de assuntos relativos à pasta municipal da educação. Posto isto, o Sr. Presidente reabriu a sessão às 19h33 e, dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Trigésima Primeira (31ª) Sessão Ordinária e Oitava (8ª) Sessão Extraordinária, realizadas, ambas, em 23 de setembro de 2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 135, de 2013, de autoria da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “dando denominação à MMR – 123, localizada no Bairro Brumado, de Estrada Municipal Euzébio José Félix Silva”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 136, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 82/2013, datada de 27/09/2013, objeto do Ofício nº 82/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, objetivando a reforma da Praça do Idoso”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 137, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 81/2013, datada de 25/09/2013, objeto do Ofício nº 81/2013, de igual data, “estimando a receita e fixando a despesa do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2014”; (ao exame das Comissões Permanentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 138, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 84/2013, datada de 04/10/2013, objeto do Ofício nº 84/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 139, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 85/2013, datada de 04/10/2013, objeto do Ofício nº 85/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder subvenção econômica à Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 82, 84 e 85/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 136, 138 e 139/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº. 625, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que junto à Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e à empresa Construrban Engenharia e Construções Ltda., informe se há estudos para a expansão da coleta de lixo até o final da Rua Linha da Penha, no Bairro Mirante”; nº 626, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que informe sobre a elaboração de um plano emergencial para o período das chuvas, a fim de se prevenir situações de risco e garantir a limpeza dos espaços públicos”; nºs 627, 628, 631, 636, 637 e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

643, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiada na Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, para que informe sobre a viabilidade de se fazer convênio com a AABB Solidária, para uso das instalações da AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil pelas entidades assistências de Mogi Mirim, para fins de lazer e prática de esportes”, “seja oficiada a Presidência da Câmara, conforme o artigo 225, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discussão a respeito a atuação preventiva nas escolas municipais, disponibilizando informações e aconselhamento aos alunos sobre os riscos e consequências do tráfico de entorpecentes”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que responda o Requerimento nº 532, encaminhando à Casa informações referentes aos Conselhos Municipais”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que através do Secretario Municipal de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva, forneça todas as informações relacionadas às aprovações dos projetos de construção, desde o início de 2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que encaminhe ofício à NET Serviços de Comunicação S/A, bem como à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para que prestem informações sobre providências do cabeamento e posterior transmissão para o Assentamento 22 de Outubro” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que através do Secretario Municipal de Obras e Planejamento, Wilson Rogério da Silva, informe sobre o cronograma físico-financeiro de todas as obras do Município, desde o início de 2013”; n.ºs. 629 e 630, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe solicitação do Requerimento nº 21/2013, para criação de uma equipe permanente para manutenção e limpeza do Complexo Lavapés”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe solicitação do Requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 341/2013, para cursos profissionalizantes às pessoas do grupo da Terceira Idade”; nºs 632, 633, 648 e 649, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que forneça cópia, na íntegra, de todo o processo administrativo do Pregão Presencial nº 53/2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que forneça cópia, na íntegra, de todo o processo administrativo da última licitação referente à merenda escolar” e “seja oficiada a Mesa da Câmara, para que realize licitação, entre as instituições bancárias, para centralização e processamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento, receita e movimentação financeira das contas correntes da Câmara Municipal e indique, ao Executivo, a melhor aplicação dos recursos auferidos”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que informe quais ações são realizadas e o que está sendo planejado na área da Saúde Ocupacional, no Município”; nºs 634, 635, 640, 645, 646, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe pedido exposto na Indicação nº 408/10 e no Requerimento nº 84/2012, para a instalação de placas ‘proibido jogar lixo neste local’, nos terrenos e áreas públicas do Jardim Planalto”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, a Presidente do Fundo de Solidariedade do Município, Sra. Fátima Stupp, e os responsáveis pelo Cartório de Registro Civil de Mogi Mirim, para que informem se existem estudos para a realização de uma nova edição do Casamento Comunitário, para a população de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe pedido exposto na Indicação nº 132/13, para revitalização, poda das árvores, troca e manutenção da iluminação, brinquedos e do campinho de futebol da Praça Engenheiro Agrônomo Saulo Ferreira, no Jardim Guaçu-Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pedido exposto na Indicação nº 618/2013, para construção de guias e sarjetas em toda a extensão da Rua Sebastião Milano Sobrinho, no Jardim Planalto” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que junto ao departamento de segurança, informe se existe um estudo para uma fiscalização noturna constante na cidade, visando coibir o descarte de lixo em áreas públicas não autorizadas”; nº 639, de 2013, da Sra. Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que explique as razões do atraso no trabalho de poda e erradicação de árvores condenadas na Praça Floriano Peixoto; nº 641, de 2013, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que, através da secretaria competente, envie relatório da instalação das placas de identificação dos logradouros nomeados nos anos de 2012 e 2013, em conformidade com o Artigo 12, da Lei nº 214/2007, que previu trinta dias para tal instalação”; nº 642, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, para que através da Gerência de Cultura, informe sobre o número de artistas cadastrados no Município, bem como qual o plano para realização de um censo dos artistas mogimirianos”; nº 647, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto, que estabelece, no âmbito do Município de Mogi Mirim, sanções e penalidades administrativas para pessoas que praticarem maus-tratos aos animais”; nº 651, de 2013, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo A. Stupp, bem como ao Presidente do SAAE, para que informem qual a quantidade de moradores que usufruem do benefício intitulado ‘Famílias em Estado de Extrema Carência e sem Capacidade Contributiva’ na tarifa de água e esgoto”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

INDICAÇÕES, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: n.ºs. 832 e 833, de 2013, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “iluminação pública nas ruas de terra perto do Clubinho e do Cerealista Mário Adorno, no Bairro Sobradinho, na zona rural” e “recapeamento da Rua Maria Thereza Gaspar, no Bairro Aterrado”; n.º 834, de 2013, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, “estudos, visando melhores condições de tráfego de pedestres no percurso do Velório Municipal, sentido Cemitério da Saudade”; n.ºs. 835, 836, 838, 840 e 853, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, respectivamente, “iluminação e pavimentação das ruas das Chácaras Planalto Bela Vista”, “estudos, para construção de um Mercado Municipal em local adequado a tal finalidade”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua João Mantovani, no bairro Santa Cruz”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Francisco Dias Reis e no entorno do Seminário Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Mirante” e “estudos, para implantação de dispositivo visando coibir o excesso de velocidade na rotatória, localizada em frente à empresa Sulamericana, na Avenida Adib Chaib”; n.ºs 837 e 866, de 2013, do Sr. Vereador Benedito José do Couto e outros, sugerindo, respectivamente, “estudos, para alterações no quadro administrativo da cidade” e “revitalização e iluminação na Praça José Aparecido Ribeiro, no Bairro Jardim do Lago”; n.º 839, de 2013, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, sugerindo, “tratamento de algumas árvores existentes na Praça Rui Barbosa”; n.ºs. 842 e 848, de 2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, respectivamente, “o recapeamento da camada asfáltica da Rua João Alves de Azevedo, localizada atrás do Supermercado Lavapés, no Jardim América” e “estudos, para um caixa, ou posto de serviço, para recebimentos, impostos, taxas e outros tributos da Prefeitura Municipal”; n.ºs 843, 844, 845, 846 e 847, de 2013, do Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “a retirada de todas as placas de publicidade da Prefeitura Municipal e a confecção de novas placas, em parceria com a Associação Comercial e o Sindicato



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Comércio Varejista”, “alteração de local do ponto de ônibus, situado na Avenida da Saúde, em frente ao número 160, no Bairro Saúde”, “alteração do Plano Diretor, para inclusão de todos os loteamentos de chácaras irregulares no perímetro urbano, visando a regularização dos mesmos”, “alteração do Artigo 149, do Plano Diretor, para inclusão de todos os loteamentos de chácaras, que estão irregulares, como áreas de interesse social, por ser este, um requisito do Programa Federal Cidade Legal” e “desapropriação do imóvel, sito na Avenida Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, esquina com a Rua Ministro Cunha Canto – antigo Fórum Café, por falta de visibilidade no trânsito”; nºs 849, 850, 851, 852, de 2013, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “estudos, objetivando a implantação de linha regular de ônibus, atendendo itinerário do ponto próximo ao Hospital 22 de Outubro, localizado na Avenida 22 de Outubro, até o Município de Mogi Guaçu”, “estudos, para maior publicidade e informações aos munícipes, de todas as modalidades de esportes oferecidos, gratuitamente, pela Prefeitura à população, bem como os locais disponíveis e seus requisitos”, “instalação de lixeiras na Praça José Schincariol, localizada atrás do Fórum, no Bairro Santa Cruz” e “estudos, para maior publicidade e informações aos munícipes, de todos os cursos oferecidos, gratuitamente, pela Prefeitura”; nº 854, 855, 856, 857, 858, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa-buracos’ na Rodovia Deputado Nagib Chaib”, “limpeza nas margens da Avenida Professor Adib Chaib, no trecho entre a rotatória da empresa Monroe até a rotatória do posto de gasolina”, “poda das árvores na Rodovia Nagib Chaib”, “limpeza, nas margens da Avenida Vereador Antônio Carlos de Oliveira” e “reparos na Rua Milton da Silveira Pedreira, no Parque das Laranjeiras”; nº 859, 860, 861, 862, 863 e 865, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “o envio de informações e cópias das planilhas de varredura de ruas, corte de grama e pesagem do lixo coletado pela empresa Construrban, assim como cópia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das notas fiscais de pagamento à referida empresa, no período de 2005 a 2013”, “o envio de cópia do contrato entre a Prefeitura e a empresa Construrban, prestadora dos serviços de limpeza pública em Mogi Mirim”, “reparo nos buracos existentes na Rua João Mantovani, atrás da empresa Balestro, no Bairro da Santa Cruz”, “reparos, nos buracos existentes nas Ruas Irineu Bonatti, Honório Bonatti, Reverendíssimo Jorge Bertolaso Stella e João Bonatti, no loteamento Santa Ana” e “troca de telhas e a instalação de novas calhas, entre outros problemas estruturais e de manutenção do CEMPI “Alcides Hortêncio”, no Bairro Maria Beatriz”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 149, 150 e 151, de 2013, do Vereador Leonardo David Zaniboni, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Igreja Casa do Oleiro de Mogi Mirim, pelo transcurso do décimo aniversário de instalação na cidade” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a Associação Comercial – ACIMM, pela iniciativa do programa Criança na Praça” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento da senhora Márcia Moura”; nº 152, de 2013, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a EMEB Bráulio José Valentim, pela organização da 1ª Festa da Primavera, no dia 21 de setembro último”; nº 153, de 2013, do Sr. Vereador Manoel E. P. C. Palomino, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o 26º Batalhão da Polícia Militar, soldados PMs Eliângela Cenzi dos Santos de Paula e Aparecida Fátima P. B. Franklin da Cunha, pela formatura dos alunos dos 5º anos do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência”; nº 154, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com a atriz



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Liliana Elisabeth Alegre, pelo prêmio Melhor Atriz, recebido no Festival de Teatro de Mogi Guaçu, em 20 de setembro de 2013”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios s/nº e nºs. 1048, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1080, 1081, 1082, 1089, 1083, 1084, 1086, 1087, 1088, 1090, 1091, 1093, 1094, 1095, datados de 18, 20, 24, 25, 26, 27 de setembro e 1º, 2 de outubro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 131/2013; Requerimento nº 586/2013; Requerimento nº 538/2013; Indicação nº 672/2013; Requerimento nº 583/2013; Indicação nº 667/2013; Indicação nº 685/2013; Indicação nº 697/2013; Indicação nº 720/2013; Indicação nº 746/2013; Indicação nº 748/2013; Requerimento nº 595/2013; Requerimento nº 576/2013; Requerimento nº 587/2013; Requerimento nº 596/2013; Requerimento nº 588/2013; Indicação nº 638/2013; Indicação nº 679/2013; Indicação nº 624/2013; Indicação nº 673/2013; Indicação nº 745/2013; Indicação nº 754/2013; Indicação nº 757/2013; Indicação nº 763/2013; Indicação nº 767/2013; Indicação nº 768/2013; Indicação nº 775/2013; Indicação nº 806/2013; Indicação nº 807/2013; Requerimento nº 620/2013; Requerimento nº 487/2013; Requerimento nº 342/2013; Requerimento nº 573/2013; Requerimento nº 605/2013; Requerimento nº 609/2013; Requerimento nº 493/2013; Indicação nº 756/2013; Indicação nº 765/2013; Indicação nº 801/2013; Requerimento nº 608/2013, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegrama referência: nº. 004297, de 2013, datado de 23 de setembro do corrente, subscrito pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, Presidente da Comissão para Acompanhamento da Regularização dos Loteamentos Clandestinos e Irregulares de Mogi Mirim, versando acerca da audiência pública, realizada no dia 30 de setembro último, no Plenário da Câmara, quando foi concedida explanação, com a participação do Sr. Gabriel Veiga, Coordenador Executivo do Programa Cidade Legal, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU, da Secretaria de Habitação do Estado, de assuntos correlatos à regularização do Loteamento Parque das Laranjeiras. O Vereador disse que o Parque das Laranjeiras era um dos maiores problemas sociais da cidade; que a audiência tinha alcançado o seu objetivo, o de resolver a regularização do Parque das Laranjeiras; que a fase era difícil; que o Município estava recebendo, através do PAC, uma verba de trinta milhões de reais, mas que só poderia ser efetivada, depois da regularização do referido loteamento; que tanto o Sr. Gabriel Veiga, quanto a representante da Gerência de Planejamento, Sra. Renata, bem como o Secretário Municipal de Obras, Wilson Rogério, em momento algum da audiência, haviam falado que o loteamento seria efetivamente regularizado e que isto estava deixando o Vereador ansioso; que se ele estava ansioso, pedia que imaginassem o quanto estariam ansiosos também os moradores do loteamento, que esperavam as melhorias há trinta e dois anos, e que, a conclusão obtida era a de que a regularização deveria ocorrer neste, ou no próximo ano, mesmo que ano eleitoral. “A decisão é a de que, se não regularizarmos ainda neste ano, o Programa Cidade Legal fará uma carta para a Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, Gerência de Obras e Habitação, e o Prefeito, de posse deste ofício, encaminhará ao Ministério das Cidades, em Brasília, e Mogi Mirim receberá a verba, ano que vem, nos mesmos moldes deste ano, para aplicação no Parque das Laranjeiras”, explicou o Vereador. O Vereador explicou que a ansiedade se dava em virtude da proximidade do ano vindouro, ano eleitoral, quando as verbas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não poderiam ser concedidas e, finalizando, parabenizou todos os Vereadores e munícipes que haviam participado da audiência pública. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, criticou o evento que estava sendo preparado para comemoração do aniversário da cidade de Mogi Mirim, indagando se seria este, um momento para festas e quem iria arcar com os custos do megaevento planejado para a data. “Nove meses de vida do novo governo, a cidade está um caos, e pedir planilha de custos, depois de realizado o evento, não vai adiantar nada, porque o leite já terá sido derramado, quando esse dinheiro poderia ser muito bem investido em outras áreas, tais como, iniciar a construção de uma creche; de uma Unidade Básica de Saúde; compra de ambulâncias, segurança com aquisição de novas viaturas para a Guarda Municipal e equipamento para os bombeiros”, salientou o Edil. O Vereador afirmou que o momento não era para festas, mas sim momento de arrumar a casa. Lembrou que o povo merecia diversão, mas que antes, o povo merecia melhorias na educação, na saúde, na segurança e que, se o Prefeito afirmava que não tinha dinheiro para melhorar o salário dos funcionários, o Vereador perguntava quem pagaria a festa do Dia da Cidade. “O Governo Municipal diz que não tem dinheiro, logo, para que trazer megaeventos? Não é momento de festa é momento de arrumar a casa. Acorda Mogi Mirim!”, exclamou o Vereador Cinoê Duzo, concluindo sua participação. Como o próximo orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para responder as palavras do Vereador Cinoê Duzo. “Pegando a brecha no ‘acorda Mogi Mirim’, eu digo: acorda sim, acorda mesmo, para ver quem vocês colocam na Câmara, na próxima eleição!”, destacou a Vereadora. A Vereadora prosseguiu, dizendo que o Vereador tecia críticas, mas se esquecia de que a Tarifa Social, passagem de ônibus a um real, já era realidade na cidade, beneficiando muitas pessoas e que, de nada adiantava comprar novas ambulâncias, porque o plano de cargos, carreiras e salários da Prefeitura Municipal ainda não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estava concluso e não era possível a contratação de novos motoristas. “Não será como no governo anterior, o qual Vossa Excelência apoiava à época, porque aquele governo deixou as ambulâncias paradas durante um ano e dois meses, haja vista que a Prefeitura não tinha motoristas, logo, não será assim, de fanfarrão, que este governo vai fazer as coisas”, frisou a Edil do PR. Com relação à Festa do Dia da Cidade, a Vereadora explicou que a população contava com a festa, algo já tradicional, e que, o músico Toquinho, atração de destaque, seria patrocinado pelo Data Center Itaú/Unibanco, solicitando ainda, ao Vereador Cinoê que se informasse antes de falar, que tudo estava sendo pago com o dinheiro da população. Com relação à audiência pública, realizada no Plenário da Câmara, quando foi dada explanação, com a participação do Coordenador Executivo do Programa Cidade Legal, a Vereadora afirmou que todos os Vereadores, sem exceção, desejavam a regularização dos loteamentos clandestinos da cidade; que citava o Vereador Luís Roberto Tavares, porque tinha conhecimento desta sua luta, desde seu primeiro mandato; que citava o Vereador Leonardo Zaniboni, colega de partido, porque esta fora a sua bandeira na campanha, sendo também seu objetivo e sua principal mobilização na atual legislatura, que havia assistido à audiência pela “TV O Impacto” e que, falando, verdadeiramente, tinha ficado desapontada. “Fiquei decepcionada, ou melhor, pasma, porque o Governo do Estado continua com a mesma máscara de sempre; ano vindouro, ano eleitoral, e o Secretário de Estado da Habitação, certamente, será candidato a deputado federal; arma-se aqui uma audiência, onde todos comparecem, e as palavras do Coordenador do Programa Cidade Legal, Gabriel Veiga, foram as de que não há previsão de data para a regularização do Parque das Laranjeiras”, explanou a Vereadora. A Vereadora frisou que o Programa Cidade Legal estava há sete anos no Parque das Laranjeiras, perguntando como, mesmo depois de todo este tempo, não se tinha uma data, colocando ainda, que era mais fácil ao morador do Parque das Laranjeiras ganhar na megassena do que ter seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lote regularizado. Por fim, a Vereadora salientou que o Prefeito Gustavo Stupp tinha sido o único Prefeito com coragem, para colocar, no Orçamento Municipal, verbas próprias da Prefeitura, já objetivando a regularização do Parque das Laranjeiras, e que, estava mesmo na hora da população acordar, para prestar atenção ao que estava acontecendo na cidade. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que usou da palavra para tornar públicos fatos que estavam ocorrendo dentro de seu partido, o PT, diante da disputa interna, para a sucessão presidencial partidária. O Vereador iniciou, reafirmando seu comprometimento com o partido, com a população, com a ética e com os princípios de liberdade, que eram ditados dentro de uma verdadeira democracia. Esclareceu que a impugnação de sua candidatura para presidente do PT, em esfera Municipal, não havia sido aceita pelo órgão julgador; que, portanto, era candidato a presidente do PT de Mogi Mirim; que integrava também a Chapa da Macro, cuja impugnação também não fora aceita; que somente agora, após o julgamento da impugnação de sua candidatura, falava com liberdade e explicava que, de sua parte, não existia divergência alguma dentro do partido, mas apenas um descontentamento pela forma como o partido vinha perdendo filiados; que estava sendo retalhado pelo atual presidente do PT, junto à imprensa local; que o atual presidente do PT tinha um escolhido e o estava consagrando, mas que ninguém ainda estava eleito, logo, o Vereador propunha a retomada do diálogo político de gente grande, sereno e equilibrado, evitando, assim, as alusões pessoais e que, dentro do partido, queria discutir sobre questões sociais com a juventude e com todos os grupos, unindo forças partidárias e pensando somente num único propósito, que era a reeleição da Presidente Dilma Roussef. “Quero esclarecer, que o nosso interesse é a melhora de Mogi Mirim, e quero pedir ao atual Presidente do PT, formalmente, que evite o ataque pessoal, que façamos uma disputa correta, para que vença o melhor”, frisou. Por fim, o Vereador abordou uma indicação que havia apresentado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sugerindo estudos para implantação de um caixa, ou posto de serviço da CEF – Caixa Federal, na Prefeitura Municipal, visando o recebimento de impostos, taxas e outros tributos municipais, bem como também comentou dois de seus requerimentos, o primeiro, solicitando a realização de uma segunda audiência pública, para discussão a respeito da atuação preventiva nas escolas municipais, disponibilizando informações e aconselhamento aos alunos sobre os riscos e consequências do tráfico de entorpecentes, explicando, igualmente, que a primeira reunião havia sido cancelada; o segundo, requerendo à Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, informações sobre a viabilidade de convênio com a AABB Solidária, para uso das instalações da AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil, pelas entidades assistências da cidade, para fins de lazer e prática de esportes. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, para informar para toda a população, principalmente aos contribuintes em débito com a Prefeitura Municipal, a prorrogação do prazo do Programa de Recuperação Fiscal – Refis até o próximo dia 10, quinta-feira, para parcelamento das dívidas existentes junto ao erário. Questão de Ordem, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”*, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Por fim, o Vereador comunicou o falecimento do munícipe Celso Valentim Guarnieri, ocorrido no domingo, e solicitou fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio, em memória do falecido, durante o tempo de que ainda dispunha para uso da tribuna, o que foi acatado pelo Presidente e cumprido, com todos os Vereadores em pé. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que trouxe sua preocupação diante de artigo que havia lido nos jornais, durante o final de semana, intitulado “Stupp traz ex-secretário do Guaçu, para equipe do SAAE”, explicando que se tratava do antigo Secretário Municipal de Fazenda de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Guaçu, governo do ex-prefeito Paulo Barros, e que, ela, oradora, havia feito um levantamento, uma pesquisa na Internet, verificando que o cidadão estava respondendo processo de improbidade administrativa na Justiça, logo, réu em ação civil pública. “Eu lembro a todos a Lei Municipal nº 5.302, de julho de 2012, sobre a questão da transparência que, justamente, é de autoria do Prefeito Gustavo Stupp, quando então vereador, e eu gostaria que fosse levantada toda a situação e, se possível, revista, porque a população do Brasil inteiro está cobrando a questão da transparência, em tudo e todos dentro da política, e este senhor é réu em ação civil pública, por improbidade administrativa”, explicou a Vereadora do PSB, encerrando sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, de início, denunciou o descaso da administração para com a creche “Alcides Hortêncio”, localizada no bairro da Santa Cruz que, quando da ocorrência de um vendaval, havia sofrido estragos em seu telhado, com a quebra de muitas telhas e a perda das calhas, mas que, até a presente data, não havia recebido qualquer reparo. “Os próprios funcionários da creche tiveram que tirar as telhas da parte externa do prédio, da varanda, para cobrir a parte superior, das salas de aula, para que não chovesse dentro das salas e isto é inaceitável, porque sabemos que a diretora da escola, Professora Gertrudes Tagliaferro, requereu o conserto do telhado no dia 21 de fevereiro e, até semana passada, o telhado estava do mesmo jeito”, colocou o Vereador do PT, ao mesmo tempo em que solicitou urgentes providências para o caso. O Vereador também comentou outras proposituras que apresentou, solicitando da administração, o envio de informações e cópias das planilhas de varredura de ruas, corte de grama e pesagem do lixo, coletado pela empresa Construrban, concessionária dos serviços de limpeza, bem como cópia das notas fiscais de pagamento à referida empresa, no período de 2005 a 2013, e a cópia do contrato entre a Prefeitura e a empresa, algo que já fora também solicitado pela Vereadora Luzia Nogueira. Relatou ainda, ter enviado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ofício, endereçado ao Chefe de Gabinete, Gérson Rossi Junior, e ao assessor Frederico Heyden, versando a respeito da expansão das empresas locais. “Temos, aproximadamente, quinze empresas que estão em área urbana e necessitam de expansão urgente, precisam ampliar o espaço físico, e tal ampliação leva à geração de empregos e renda para a cidade, quando Mogi Mirim necessita de um novo distrito industrial, portanto, nós, Vereadores e o Poder Executivo, devemos conversar com os empresários e atendê-los, ampliando a oferta de áreas”, colocou o Vereador, encerrando. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, que iniciou, tecendo elogios e parabenizando a parceria que fora estabelecida entre a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial – ACIMM, para a implantação, na cidade, do Poupatempo do Empreendedor, cuja inauguração tinha acontecido na última semana, classificando a iniciativa como ‘um grande ganho para a cidade’, porque iria diminuir a burocracia enfrentada pelos empresários locais. Depois, relatou visita que fizera à Secretaria Estadual de Turismo, protocolando pedido de verbas para o evento Natal Iluminado, também em parceria com a ACIMM, bem como agenda com o senhor Rogério Hamam, Secretário Estadual de Desenvolvimento Social, entregando ofícios das Vereadoras Maria Helena Scudeler de Barros e Dayane Amaro e ainda, discutindo temas correlatos à Terceira Idade, já que Mogi Mirim possuía, em média, onze mil idosos, um dado preocupante na opinião da nobre Edil. A Vereadora comentou que, desde quando era Diretora de Saúde, tinha preocupação com os assuntos da Terceira Idade, traçando planos para dar qualidade de vida para tal população; que, em 2006, havia sido discutida a implantação, no Bairro da Santa Cruz, de um Centro do Idoso, para a prática de todos os tipos de atividades físicas, e outro, na área central, numa parceria com o Instituto Coronel João Leite e com a Prefeitura, intitulado Centro Dia, local onde o idoso passaria o período diurno, com todo o tratamento geriátrico e nutricional; que, em 2013, retomado o assunto da Terceira Idade, havia se deparado com o Programa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Quero Vida, que era um bom projeto, mas instalado num prédio nada adequado, sem condições de inauguração, sendo necessária a vinda de uma nova empresa, especializada em reformas, para que o programa funcionasse como o Centro Dia do Idoso; que o outro centro, construído no Bairro da Santa Cruz, atualmente, sofria grandes problemas com a Terceira Idade, terceirizado que fora para o Centro Lucy Montoro, deixando os idosos sem um local para suas atividades, e que, o início de novas abordagens se iniciara em janeiro de 2013, com o atual Secretário de Saúde, Dr. Ary Macedo, que era um grande parceiro, visando utilização das dependências do Instituto Coronel João Leite, que já estavam prontas, haja vista que o provedor da entidade, Sr. Benedito A. Pereira da Silva, dedicava-se, desde 1996, à construção de um Centro Dia do Idoso. “O projeto do Sr. Benedito foi concluído ano passado, não conseguimos sua inauguração em 2012, mas, finalmente, com muita alegria, comunico a todos que o Centro de Convivência do Idoso será inaugurado, em outubro, no Instituto Cel. João Leite, numa parceria com a Prefeitura, contendo ambulatório de geriatria e uma equipe da Secretaria da Saúde”, explanou a Vereadora. Por fim, disse que muita coisa ainda precisava ser feita e articulada em prol da Terceira Idade, tais como, pensar na ampliação deste centro do Instituto Cel. João Leite, dentre outras ideias, sendo esta a razão pela qual a Vereadora havia comparecido à Secretaria de Desenvolvimento Social, que, por sua vez, tinha-lhe sugerido também, como parceria, a implantação de um Centro de Convivência do Idoso, local onde o idoso praticaria todas as suas atividades. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou sua indicação para implantação de iluminação pública nas vias no bairro Sobradinho, principalmente, nas ruas próximas ao Clubinho. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Laércio Rocha Pires. Este destacou as conquistas de seu partido, o PPS, em benefício do Município, tais como verbas, intermediadas pelos deputados do partido, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estavam sempre presentes na cidade, o Federal Arnaldo Jardim e o Estadual David Zaia, num montante de oitocentos mil reais, para obras de asfalto, revelando um exemplo de postura bem diferente de outros deputados, que só apareciam em Mogi Mirim na véspera de eleições. “Tem político que vai atrás de deputado somente no tempo eleitoral, enganando o público, porque é sabido que um pedido de verba demora, aproximadamente, dois anos para ser efetivado e procurar o deputado sempre na véspera de ano eleitoral é difícil para a cidade, mas os nossos deputados, independentemente de época eleitoral, estão sempre presentes em Mogi Mirim e tal postura é também uma cobrança do Presidente do PPS de Mogi Mirim, Gérson Rossi Junior”, anotou o Vereador. O Vereador prosseguiu, dizendo que o PPS já tinha conseguido quase um milhão de reais para Mogi Mirim; que os deputados do PPS estavam sempre presentes à cidade; que outros vereadores enganavam a população, ao dizer que conseguiam verbas, que nunca chegavam; que o político tinha que ‘jogar limpo’ com a população; que os Vereadores do PPS tinham transparência; que ele, orador, indicaria ao Prefeito onde a verba conseguida deveria ser empregada, para que ninguém fizesse ‘média com o chapéu dos outros’, que a população deveria reconhecer quem de fato trabalhava e que, muitos deputados já começavam a ‘cair de paraquedas’ em Mogi Mirim, haja vista a proximidade do ano eleitoral. Para finalizar, o Vereador agradeceu e elogiou o Presidente da ACIMM, Sr. Jorge Barbosa, pela implantação do Poupatempo do Empreendedor em Mogi Mirim. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que versou sobre o Programa Cidade Legal, para responder à Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Deslindou que o objetivo do programa era auxiliar e orientar os prefeitos, num apoio técnico para a regularização de áreas irregulares e que o Coordenador do Programa Cidade legal, Gabriel Veiga, estivera em Mogi Mirim, elencando todos os loteamentos irregulares, em grande número, a saber: Antonio Alves de Campos, Domênico Bianchi I e II, o Boa Vista, o Lago Azul,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Chácaras Santa Rita, Carlos Gomes, Condomínio Chácaras Areião, Conquista, Parque das Laranjeiras entre outros. “Acompanhei de perto a explanação na audiência e o que entendi é que não depende só da Secretaria de Estado da Habitação, mas também da CETESB e outros órgãos reguladores e fiscalizadores, para que se completem as ações do Governo Gustavo Stupp, logo, o Programa Cidade Legal oferece um apoio técnico aos Municípios, que a ele recorrem”, destacou. Explicou que o Comitê Regularizador ficava em São Paulo, que a Comissão de Mogi Mirim fazia parte do Comitê, no processo de regularização, mas defendeu que o Comitê também dependia do apoio da CETESB e de outros órgãos estaduais, mas, sobretudo, a regularização dependia do Município em si, lembrando, igualmente, que a Secretaria Estadual da Habitação sempre estivera ao lado do Ministério Público, com ele colaborando. Aclarou que a colaboração advinha de um convênio, que fora assinado pelo então Prefeito Carlos Nelson Bueno; que a Secretaria de Habitação havia apresentado um prazo de sessenta dias para conclusão da primeira fase do processo de regularização; que a segunda fase já estava encaminhada, que a segunda fase era uma tentativa do Governo do Estado de auxiliar a transferência de famílias assentadas em áreas de preservação permanente e que, o Secretário de Habitação era um colaborador dos Municípios, para que estes próprios pudessem regularizar suas áreas clandestinas. Por fim, classificou como injustas as palavras proferidas contra o Governo do Estado e afirmou que o próprio Secretário Municipal de Governo, Gabriel Mazon, havia elencado todos os avanços conseguidos em Mogi Mirim, na área dos loteamentos irregulares e clandestinos. “É uma manifestação do Estado, mas foi esclarecido aqui, que as ações dependem muito do Governo Municipal, que pode sim, retirar o lixo desses lugares clandestinos, pode colocar pedras, máquinas, porque nada impede, logo, vamos esperar que o Prefeito Gustavo Stupp faça a sua parte”, frisou, encerrando. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que comunicou a nova Exposição do Espaço Câmara, apresentando *Desenharte Escola de Arte – Alunos de Giane & Fernando Scheidt*, para apreciação do dia 1º ao dia 31 de outubro de 2013, convidando a todos para visita no horário do expediente da Câmara de Mogi Mirim. Posto isto, o Vereador abordou as proposições que havia apresentado, solicitando ao Prefeito, bem como ao Presidente do SAAE, para que informassem qual o número de moradores em usufruto do benefício intitulado ‘Famílias em Estado de Extrema Carência e sem Capacidade Contributiva’, na tarifa de água e esgoto. “Esta lei estava inativa, trabalhei junto ao SAAE, fiz pesquisa e consegui reativar a lei que ajuda as pessoas em estado de dificuldades, logo, eu quero saber se a lei está sendo cumprida”, aclarou. Versando sobre a Terceira Idade, o Vereador se dirigiu à Vereadora Daniela Dalben, para dizer que também ele tinha projetos voltados aos idosos, explicando que o Programa Quero Vida era um projeto no qual ele, orador, estava empenhado há muito tempo; que lutara pela sua implantação, que sua luta havia sido incansável para que o prédio chegasse ao estado atual e que, não descansaria enquanto o programa não estivesse em pleno funcionamento, o que seria ‘muito lindo’. “Deveríamos ter vários programas voltados à Terceira Idade, porque passou da hora de cuidarmos bem dos idosos da cidade, e eu estou pesquisando, desde a gestão passada, na implantação do que eu denomino Espaço Municipal da Terceira Idade – ESMUTI, com hidroginástica, campos, pistas para caminhadas, a exemplo do que já existe em outras cidades, e tal espaço funciona perfeitamente bem para o idoso independente, levando-o a uma melhor qualidade de vida”, encerrou o Edil do PV. Na sequência, ocupou a tribuna, como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que retornou para destacar os requerimentos que havia apresentado, a saber, solicitando da Mesa da Câmara, que realizasse licitação, entre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as instituições bancárias, para centralização e processamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento, receita e movimentação financeira das contas correntes da Câmara Municipal, indicando, ao Executivo, a melhor aplicação dos recursos auferidos. “Trata-se de uma alerta para a Câmara, lembrando que o Tribunal de Contas multou Carlos Nelson Bueno, porque havia assinado contrato com a CEF, mas sem licitação, e a Câmara também não fez licitação, não tem convênio, ou contrato, ou recebeu uma contrapartida ao escolher a CEF, contrapartida esta, que poderia ser revertida às entidades da cidade, logo, resolvi fazer este alerta, através de requerimento, e espero ver a situação resolvida o mais rápido possível”, frisou. Por fim, lembrou à Vereadora Márcia Róttoli que o ex-prefeito Luís Amoêdo Campos Neto havia sido o responsável por regularizar a primeira parte do Parque das Laranjeiras, que de 1999 a 2003, outras regularizações não haviam sido feitas, mas que tinham sido executadas inúmeras obras na região, tais como, escola, creche, asfalto, água e esgoto. Ato contínuo, fez uso da palavra, como Líder, a Edil Dayane Amaro Costa, que destacou o seu requerimento, solicitando que o Prefeito Gustavo A. Stupp, explicasse quais as razões do atraso no trabalho de poda e erradicação de árvores condenadas, na Praça Floriano Peixoto. “O assunto caiu no esquecimento, mas as árvores estão ali e há preocupação pelos que passam pelo local, portanto, gostaria que houvesse uma atenção e que todos pudessemos lutar pela causa”, aclarou a Edil do PDT. O próximo orador a fazer uso da palavra, como Líder, foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que retornou ao assunto da Audiência Pública com a presença do Coordenador do Programa Cidade Legal, dizendo que a mesma tinha sido muito proveitosa; que muitas explicações haviam sido dadas, principalmente sobre as construções edificadas em Áreas de Preservação Permanente – APPs; que a loteadora Emprelotes detinha duzentos lotes remanescentes, que poderiam ser utilizados em permutas; que havia ficado alegre pelas indagações feitas por um munícipe, presente à audiência, pelo arrojo com o qual havia exposto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todas as mazelas e deficiências do bairro, mas que, ao mesmo tempo, ficara triste ao ouvi-lo dizer da incompetência dos vereadores ausentes à audiência. “Dei um ‘puxão de orelha’ no rapaz, pois os ausentes tinham se justificado”, sublinhou. Falou do desejo de um patrulhamento constante no Parque das Laranjeiras e afirmou que, com o empenho do Poder Executivo, da Câmara de Vereadores e do Governo do Estado de São Paulo a regularização do Parque das Laranjeiras seria uma realidade, em breve tempo. “Quero reafirmar que fiquei muito contente em ter participado dessa audiência e o Parque das Laranjeiras será apenas o início das regularizações”, completou, encerrando sua participação. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, que usou da palavra para reforçar o assunto objeto de uma sua indicação, assinada por quinze Vereadores, através da qual os proponentes pediam estudo para criação das Secretarias de Cultura e Esporte, porém com a ressalva de que o montante da Folha de Pagamento não se alterasse, ou seja, propondo a criação das secretarias com a redução do salário de secretários e gerentes. Por fim, justificou outra propositura, através da qual sugeriu a retirada de todas as placas de publicidade da Prefeitura Municipal e a confecção de novas placas, estas em parceria com a Associação Comercial e o Sindicato do Comércio Varejista. “A indicação da retirada das placas de publicidade vem para que a Prefeitura troque ideias com a ACIMM, sobre qual a melhor maneira de expor a propaganda, evitando a poluição visual”, frisou, concluindo. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h09, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No intervalo, conforme requerimento verbal do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à **“TRIBUNA LIVRE”**, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal. Desta forma, o Sr. Presidente da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara convidou, para que adentrasse ao Plenário, o Senhor *Jorge Barbosa, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM*, para versar sobre a Feirinha dobras e outros assuntos reativos ao comércio da cidade, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa por trinta dias. Decorrido o interstício regimental a que se refere o Artigo 105, do Regimento Interno, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 118, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienar, por doação, bem patrimonial de sua propriedade ao Grupo Vida Nova de Assistência Familiar, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 118/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **2. Projeto de Lei nº 119, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a alienar, por doação, bens patrimoniais de sua propriedade ao 197º Grupo de Escoteiro ‘Encanto das Matas’ e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 119/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **3. Projeto de Lei nº 136, de 2013**, de autoria do Poder Executivo, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, objetivando a reforma da PRAÇA DO IDOSO”. Parecer da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão de Justiça e Redação e Parecer conjunto das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 136/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno: 4. Projeto de Resolução nº 08, de 2013**, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “alterando e acrescentando dispositivos à redação dos artigos 110, 113 e 151, da Resolução nº 276/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação e Parecer da Mesa Diretora, conforme Artigo 9º, inciso XV, do Regimento Interno. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 655/2013, de autoria do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por dez (10) dias da discussão e votação do Projeto de Resolução nº 08/2013, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 655/2013); (o Presidente exerceu direito de voto, conforme estabelece o Artigo 20, III, do Regimento Interno); (aguardem-se dez (10) dias e insira-se o Projeto de Resolução nº 08/2013 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, do Artigo 171 do Regimento Interno: 5. Projeto de Lei nº 113, de 2013**, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação à Rua 5 do Loteamento Jardim Tainá, de RUA ANTONIO SALVATTO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 113/2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **6. Projeto de Lei nº 115, de**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2013, de autoria do Vereador Luis Roberto Tavares, “alterando a redação da Lei Municipal nº 5.406/2013, que deu denominação à Rua 14, do Residencial Floresta”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 115/2013, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); “**ex-vi**” **do disposto no § 2º, do Artigo 171 do Regimento Interno.** Neste ponto, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, *Votação em Bloco* para os Pareceres nºs 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56 e 57, de 2013, respectivamente, itens de 07 a 14 da pauta da “Ordem do Dia”, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. *Votação em Bloco: 7. Parecer nº 48, de 2013*, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **maio/2013**; **8. Parecer nº 49, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **junho/2013**; **9. Parecer nº 50, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **julho/2013**; **10. Parecer nº 53, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **janeiro/2013**; **11. Parecer nº 54, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **fevereiro/2013**; **12. Parecer nº 55, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **março/2013**; **13. Parecer nº 56, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **abril/2013**; **14. Parecer nº 57, de 2013**, emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete mensal da Prefeitura Municipal, referente ao mês de **agosto/2013**; (colocados a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, *Votação em Bloco*, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, os Pareceres nºs



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

48, 49, 50, 53, 54, 55, 56 e 57, de 2013, da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquive-se); **EM SEGUNDO TURNO**: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: **15. Projeto de Lei nº 123, de 2013**, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da Cruz Palomino, “instituinto o DIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 123/2013, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal); **16. Projeto de Lei nº 130, de 2013**, de autoria da Mesa da Câmara, “autorizando a reforma nas dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (posto a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 130/2013, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal); “**ex-vi**” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: **17. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivos da Lei Complementar nº 206/06, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Empregos, salários e carreiras do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE)”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal); **18. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivo da Lei Complementar nº 205/06, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Empregos, salários e carreiras da Prefeitura de Mogi Mirim”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 12/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: **19. PARECER DESFAVORÁVEL** da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 109, de 2013, de autoria da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, “dispondo sobre a publicidade oficial do Município de Mogi Mirim, dos poderes da administração direta (Prefeituras e Câmara) e da administração indireta (autarquias e fundações) e dando outras providências”. Havendo rejeição do parecer desfavorável, o referido Projeto de Lei será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno. Em discussão a matéria, fez uso da palavra a autora, Vereadora Luzia C. Cortez Nogueira, deslindando que a obrigatoriedade da exposição dos valores gastos pelos órgãos públicos, com propaganda e publicidade, já era realidade em várias cidades da microrregião; que na cidade de Mogi Guaçu, a iniciativa da lei havia sido do Vereador Salvador Fratelli, PSB, e que recebera parecer favorável daquela Comissão de Redação e Justiça, portanto, uma iniciativa do Poder Legislativo; que em Mogi Guaçu, a lei, cuja cópia também estava anexada ao seu projeto, era realidade; que o atual Prefeito, quando vereador, havia apresentado o projeto de lei do Portal da Transparência, que gerava despesas, sendo, atualmente, a vigente Lei Municipal nº 5.302/2012; que a lei não iria gerar qualquer custo aos cofres públicos, que muitos cidadãos desejavam ter a informação sobre os gastos, porque, isto sim, era transparência, e que, a finalidade era a de dar maior transparência ao Governo Municipal, ao SAAE e à Câmara de Mogi Mirim. “Se o meu projeto for rejeitado, já deixo aqui esta minha sugestão ao Prefeito, pessoa que durante toda a campanha eleitoral falou sobre a questão da transparência”, salientou, concluindo sua participação. Prosseguindo na discussão, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que explicou não ter o hábito de votar favoravelmente a pareceres desfavoráveis da Comissão de Justiça e Redação, mas que estava inclinado a cometer uma exceção, haja vista o objeto da matéria, porque a transparência deveria existir em nível municipal, de qualquer forma. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, Presidente da Comissão de Justiça e Redação, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iniciou explicações a respeito do parecer desfavorável, justificando que nada havia de pessoal contra a autora, que o projeto era ótimo, mas que, infelizmente, era inconstitucional, porque os Poderes constituídos eram harmônicos entre si e um Poder não poderia criar obrigações para outro Poder, sugerindo, igualmente, que a autora votasse favoravelmente ao parecer da CJR e encaminhasse a minuta do seu projeto de lei ao Chefe do Executivo, via requerimento, para uma tramitação normal e constitucional da matéria, ideia que tinha o total apoio do Vereador Presidente da CRJ. “Se rejeitarmos o parecer, o projeto prosseguir e for aprovado, certamente, o Prefeito não sancionará a lei e a ideia espetacular, proposta na matéria, acabará morrendo, o que é lamentável, e digo ainda, que se a Comissão de Justiça da Câmara de Mogi Guaçu deu parecer favorável para proposta semelhante e aquela Casa aprovou o projeto, que isto é um problema deles, porque, já na minha Comissão, coisa errada não passa e trago dois exemplos de Ações de Inconstitucionalidade – ADIMs, uma delas, do Município de Santo André, com parecer do Tribunal de Justiça – TJ e Superior Tribunal de Justiça – STF, cujo texto coloca que ‘a matéria afronta a separação dos Poderes’, ou seja, mais uma vez, que um Poder (Legislativo) não pode criar obrigação para outro Poder (Executivo)!”, doutrinou o Vereador. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, apenas para dizer que, após as explicações dadas pelo Presidente da CJR, ele, orador, sugeria à autora, Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que encaminhasse ao Prefeito a minuta de projeto de lei. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira retornou à tribuna, para defesa do seu projeto, argumentando que estava estranhando a posição contrária ao seu parecer, porque a Câmara, quando vereador o atual Prefeito Gustavo Stupp, tinha aprovado o seu projeto de transparência, que, inclusive, gerava gastos, sem rejeição alguma, e, agora, era colocado o obstáculo da inconstitucionalidade. “Torno a falar, que se rejeitado o meu projeto, que o Prefeito honre a sua promessa de transparência, colocada em campanha”, encerrou sua fala a Vereadora do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PSB. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que, assim como a autora, também estranhou o parecer desfavorável à matéria. “Não entendo, pela experiência na vereança, o parecer desfavorável para este projeto, porque não cria despesas, e eu não entendo como ele invade outro Poder constituído, pois apenas pede ao Prefeito e à Câmara, que informem, na propaganda, o valor gasto com aquela propaganda, logo, quer mais transparência que isso?”, frisou. Lembrou que tinha apoiado o então Vereador Gustavo Stupp quando da aprovação da Lei do Portal da Transparência e perguntou como poderia acontecer a tal invasão do Poder Legislativo no Poder Executivo, apenas com a inserção do valor dos custos. “Sempre votei acolhendo os pareceres desfavoráveis, mas este, como não entendi o porquê, como a explicação dada pelo Vereador Leonardo Zaniboni não me convenceu e como não vejo problemas do Prefeito colocar o valor dos custos com propaganda, posicionar-me-ei contrário ao Parecer da CJR”, finalizou, dizendo que a cena era até ‘ridícula’, inclusive, aventando a possibilidade de que talvez quisessem desqualificar o projeto, porque não desejavam elencar os custos nas propagandas do Executivo. Retornou à tribuna o Vereador Leonardo David Zaniboni, para ratificar que era favorável ao assunto objeto do projeto de lei; que era matéria bem-vinda; que o parecer da CJR era técnico, acompanhava o Parecer NDJ, e, inclusive, deu ciência à Casa, através de leitura, do teor da Ação de Inconstitucionalidade – ADIM do Município de Santo André, para tentar esclarecer o seu parecer. Segundo decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, “trata-se de ato normativo de vereador, que invade a seara própria do Prefeito no que toca ao gerenciamento dos serviços públicos”. “Creio que o Tribunal de Justiça de São Paulo saiba mais que eu”, completou. “Indico à Vereadora que remeta a matéria ao Prefeito, em forma de minuta, e, quanto ao voto contrário ao Parecer da CJR, sem problemas, porque cumpri o que me cabia fazer, vou colocar minha cabeça no travesseiro e dormir tranquilo, e que uma foto enorme saia em todos os jornais,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

capa, e matéria na SEC TV, em bom som, estampando que a Vereadora Luzia Nogueira é a autora da lei, porque, afinal, sabemos que se trata disso”, encerrou o Vereador do PR. Retornou o Vereador Luís Roberto Tavares que leu o projeto de lei, disse que a matéria não geraria custos para a Prefeitura e que vinha de encontro ao que o Prefeito Gustavo Stupp tinha sempre pregado na Casa, quando vereador, ou seja, a transparência nos atos públicos. “A lei é boa, independentemente de sermos oposição”, concluiu o Edil do PSDB. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que usou da palavra para reforçar o discurso de seu correligionário, Vereador Leonardo Zaniboni, Presidente da Comissão de Justiça e Redação, e dos demais membros, Vereadores Dayane Amaro e Manoel Palomino, destacando que, no site da Prefeitura de Mogi Mirim, havia postagem discriminando o gasto do Poder Executivo com propagandas, fornecedores, pagamentos, dentre outras coisas, o dito Portal da Transparência. “Eu creio, que se pedirmos para o Prefeito, que coloque o custo nas próximas propagandas, que nem necessitaremos de lei, porque ele mesmo vai colocar; eu não sinto a desconfiança que os demais sentem, porque quando faço minhas perguntas, os documentos e as notas me são apresentadas, logo, penso que talvez os demais não se dirijam aos lugares certos, para que as notas certas lhes sejam apresentadas, e podem tirar sarro, porque eu, quando era oposição, provava, com documentos assinados, tudo o que eu afirmava aqui, então, é complicado saber que certos Vereadores não conseguem entrar no site da Prefeitura, para pesquisar os custos que querem ver”, exclamou a Edil do PR. A Vereadora sugeriu à autora que remetesse a minuta do projeto de lei ao Prefeito, via requerimento. “O que não dá é votar projeto inconstitucional, porque sabemos que não leva a nada, só dá ibope para o Vereador naquela determinada hora, mas não funciona na prática, então não é correto fazer papel de bobo aqui, só para dizer que votou a lei e, na prática, a lei não funciona”, completou. “A matéria tem parecer de inconstitucionalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pelo STJ e pela Assessoria NDJ, que esta Casa paga, mensalmente, com o dinheiro da população, para a finalidade de dar sustentação jurídica a esta Câmara, e os Vereadores não acatam, então, penso que seria melhor cancelarmos a assinatura com a NDJ, cada um apresenta o que quiser e cada outro entra com a representação que desejar”, frisou, finalizando seu discurso; (colocado a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa rejeitou, por nove (09) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 109/2013, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira); (encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 20. Projeto de Lei nº 110, de 2013**, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexarem aviso em local visível sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes e suas penas, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 110/2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Primeiramente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, para comentar sua Moção de Congratulações a Aplausos para com a atriz Liliana Elisabeth Alegre, também funcionária da Câmara Municipal de Mogi Mirim, vencedora do Prêmio de Melhor Atriz, outorgado no Festival de Teatro de Mogi Guaçu, em 20 de setembro de 2013, bem como convidando a todos para o III Festival de Cinema de Mogi Mirim, com lugar no Centro Cultural.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prosseguindo, o Vereador versou sobre as indicações que havia apresentado, para operação ‘tapa-buracos’ na Rodovia Deputado Nagib Chaib; para limpeza nas margens da Avenida Professor Adib Chaib, no trecho entre a rotatória da empresa Monroe até a rotatória do posto de gasolina, bem como comentou a situação das ruas das Chácaras Ypê, lembrado que havia sido feita operação tapa-buracos nas vias daquele logradouro, que tal reparo não tinha surtido efeito a contento e que, no último sábado se iniciara, então, o recapeamento total das ruas das Chácaras Ypê. “Agradeço o trabalho que está sendo feito nas Chácaras Ypê, em nome da população”, acentuou. Para finalizar, o Vereador informou o endereço de sua página na Internet, que possuía para divulgar suas ações, uma vez ‘que os jornais não divulgavam’. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo, Leonardo David Zaniboni, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Waldemar Marcurio Filho, Luzia Cristina C. Nogueira, João Antonio Pires Gonçalves, Osvaldo Aparecido Quaglio, Luiz Guarnieri e Daniela Dalben Mota, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Laércio Rocha Pires, para criticar a falta de resposta da administração municipal às suas solicitações. “Eu quero saber do Presidente desta Casa, se o Prefeito continua mandando na cidade, porque, para mim, ele não está mandando nada, já que a Rua Alcindo Barbosa tem uma cratera fenomenal e há vinte e três dias eu peço o recapeamento e ele não faz nada!”, exclamou o Edil. O Edil prosseguiu, explicando que, durante o último final de semana, dois acidentes tinham acontecido no local; que iria convidar a imprensa e o Presidente da Câmara para averiguar a situação; que ele, orador, estava se humilhando ao pedir o conserto das ruas ao Prefeito Municipal; que existiam secretários municipais mal-humorados; que ele, orador, estava sendo taxado no bairro; que doravante ira denunciar os bairros com problemas; que tinha sido parceiro da administração até agora, mas que só estava ‘tomando pancadas’, que sua relação com o Prefeito, a partir de agora, seria desta forma e que, quisessem, ou não quisessem, ele representava uma parcela da população.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“As obras no loteamento Domênico pararam, está um caos, a chuva acabou com todo o serviço feito, ninguém está nem aí, estou sentido que o secretário está dando privilégios para alguns e virando as costas para os mais necessitados, da mesma forma como vemos problemas na Travessa da Caetano Munhoz e na Waldomiro Calmazini; para a Avenida Amucci Truffi já nem peço mais nada, porque o mato está tomando conta; o final da Avenida Ademar de Barros está uma cratera, eu tirei fotos e vou postar no Facebook; a Rua Nelson Patelli também está em péssimo estado, já mandei ofício, já fiz requerimento, falo com o secretário e ele diz que vai ao local, não vai e pensa que eu sou moleque, mas o moleque não sou eu”, desabafou o Vereador, encerrando sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que abordou nota de jornal, onde fora publicado que na Câmara de Mogi Mirim existia um ‘mensalão’, ou ‘mensalinho’. “Semana passada, abordando a sucessão dentro do PT, o jornal publicou que esta Casa recebe um ‘mensalão’, ou ‘mensalinho’ e eu quero saber qual providência o Presidente Benedito Couto vai tomar a respeito, porque o Vereador Waldemar Marcurio desmentiu nos jornais, mas foi estampado que temos ‘mensalão’, ou ‘mensalinho’ e eu gostaria que isso fosse investigado, já que o Prefeito tem, atualmente, oitenta e cinco por cento de rejeição, está se mostrando irresponsável, e, se ele está pagando ‘mensalão’, ou ‘mensalinho’, isto precisa ser identificado, pois eu não recebo nada e tenho o maior respeito por ter chegado à vida pública e estar no meu quarto mandato”, explicou. “Cobrarei atitudes da Mesa da Câmara, que adote uma posição em relação ao caso, porque o jornal publicou, claramente, a expressão ‘mensalão, ou ‘mensalinho’”, frisou a Vereadora do PSDB, finalizando sua fala. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que começou, agradecendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a aprovação do projeto da Praça do Idoso, na Praça Chico Mendes, zona leste, para revitalização total do logradouro e ainda, instalação de academia ao ar livre, obra que iria se concretizar, depois de certa demora e que fora edificada com verbas intermediadas pelo Deputado Chico Sardelli, no final da gestão passada. “É a administração consciente, voltada para o idoso, para o social e adiantos que também solicitei, através de indicação, melhorias para a Praça José Aparecido Ribeiro, no Jardim do Lago, porque buscamos restabelecer o direito do povo de frequentar as praças, com total segurança, bem como, ainda, desejo agradecer o recapeamento que está sendo executado nas Chácaras Ypê, luta nossa e também do Vereador Luís Roberto Tavares, algo que eu, pessoalmente, estou cobrando desde a administração anterior”, aclarou o Vereador do PV, encerrando sua participação. Retomando a direção dos trabalhos, o Presidente da Casa, Vereador Benedito José do Couto, concedeu o uso da palavra, como Líder, ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, que veio comentar as colocações feitas pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Recebi instrução para não me manifestar em relação aos ataques que sofri e venho sofrendo, desde quando me declarei oposição ao atual presidente do PT, pois são ataques de todas as formas; foi uma declaração leviana e mentirosa, feita pelo atual Presidente do PT, Ernani Gragnanello, que alega que a Câmara de Mogi Mirim recebe mensalinho”, colocou o Vereador do PT. O Vereador relatou que havia se dirigido ao Assessor Técnico da Presidência da Câmara, Clodomar Tavares, para indagar qual seria a posição da Edilidade sobre o caso; que tinha informações de que o próprio Poder Executivo estava ingressando com ação indenizatória; que havia ingressado com uma representação junto à Comissão de Ética do Partido dos Trabalhadores, porque o senhor Ernani Gragnanello, na realidade, não tinha dirigido os seus ataques somente à sua pessoa, correligionário petista, mas para toda a representatividade existente na Câmara Municipal. “Sou muito transparente naquilo que falo, resolvo minhas questões, mas a partir do momento que ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

envolve toda esta Casa de Leis, penso que alguma representação deva partir da Presidência da Mesa, porque o acusador coloca em cheque toda esta Casa”, destacou. “Não me manifestei, porque queria esperar o julgamento em estância superior, o que ocorreu, levando a intenção do atual Presidente ‘por água abaixo’, e eu vou disputar a presidência do partido, vou mostrar aos filiados que estão afastados que o PT é um partido aberto a todos, onde existe companheirismo e transparência, prego o fortalecimento do partido em Mogi Mirim e, se há incompatibilidade pessoal entre uma minoria da administração e eu, penso que o foco deveria ser eu, não a Câmara”, afirmou. Por fim, disse que tais comentários só geravam polêmica, haja vista que a imprensa gostava de ver uma disputa, agradeceu à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros pela abordagem do assunto, frisou que não recebia nenhum real sequer e que, não acreditava que alguém, de fato, recebesse, concluindo seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, também discursando a respeito das acusações feitas pelo Presidente do PT, Ernani Gragnanello. “Estou chocado, porque não sabia e estou surpreso em saber que este comentário partiu do Ernani Gragnanello, dirigido para a imprensa e, como membro da Mesa Diretiva da Câmara, 1º Vice-presidente, peço que seja marcada uma reunião da Mesa, para uma resposta e atitude urgentes, e que esta, seja assinada por todos nós, uma representação contra este cidadão, pois é um absurdo uma denúncia dessas à imprensa, e, se a briga antes, era com o Vereador Waldemar, agora a briga do Presidente do PT será com os dezessete Vereadores desta Casa”, disse, encerrando seu discurso. O Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, frisou que tal solicitação já constava da agenda de reuniões. Requereu a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Quaglio, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Este fez solicitação ao Vereador Laércio Rocha Pires, que pedira ao Prefeito uma relação constando os deputados, os partidos e as respectivas verbas angariadas para Mogi Mirim, porque ele também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desejava ter ciência de quem, realmente, havia conseguido trazer verbas públicas para o município, mencionando, ainda, que o Deputado Cauê Macris, PSDB, também estava disposto a conseguir melhorias para o município e que ele, orador, havia cadastrado, junto ao citado deputado, um pedido de verbas para o NIAS – Núcleo de Integração Social, num projeto que girava em torno de três milhões de reais. “Sobre outro assunto, eu prometi para todos os moradores do Parque das Laranjeiras, que estiveram presentes na audiência e que reclamaram de abandono, que o loteamento iria receber a visita dos dezessete Vereadores, logo, estou marcando a agenda para a próxima quinta-feira, dia 10”, comunicou o Vereador do PSDB, finalizando sua participação. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Manoel E. P. C. Palomino, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires, que novamente elencou as conquistas do PPS, enaltecendo as ações dos Deputados Arnaldo Jardim e David Zaia, lembrando que o partido já tinha conseguido cerca de oitocentos mil reais para a cidade e criticando a ausência física do deputado do PSDB, Cauê Macris, no Município. “Nossos deputados não saem da cidade, mas o Cauê Macris, aqui, ninguém nunca vê”, concluiu. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Luiza C. C. Nogueira, que requereu ao Vereador Waldemar Marcurio Filho que lhe trouxesse o noticiado nos jornais, porque ela desacreditava que o senhor Ernani Gagnanello tivesse proferido as palavras que a ele haviam sido atribuídas. “Eu acho estranho esta atitude oriunda dele, porque além de advogado, ele foi vereador, portanto, desejo ver o jornal e peço que ouçamos também o Ernani”, pediu, encerrando sua participação. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h23, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir,
devidamente assinada.

CMM